

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA O ISCTE – INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO DE LISBOA**

Ref.ª 2025/SPF/UC/264

CONVITE

DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO NA SUA ATUAL REDAÇÃO

Índice

Artigo 1.º - Objeto do procedimento	3
Artigo 2.º - Entidade Mandante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Entidade que acompanha o procedimento	3
Artigo 5.º - Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	3
Artigo 6.º - Documentos que constituem a proposta	4
Artigo 7.º - Prazo e modo de entrega da proposta	4
Artigo 8.º - Prazo de manutenção das propostas	4
Artigo 9.º - Admissibilidade formal da proposta	5
Artigo 10.º - Propostas variantes	5
Artigo 11.º - Esclarecimentos sobre a proposta	5
Artigo 12.º - Critério de adjudicação	5
Artigo 13.º - Decisão e notificação de adjudicação	6
Artigo 14.º - Documentos de habilitação	6
Artigo 15.º - Prestação de caução.....	6
Artigo 16.º - Prazos	7
Artigo 17.º - Legislação aplicável	7
Anexo I.....	8
Anexo II.....	11
Anexo III	13

Artigo 1.º - Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a apresentação de propostas, para a aquisição de Equipamento para ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.
2. O tipo de procedimento adotado é o Ajuste Direto, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 2.º - Entidade Mandante

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, fundação pública de regime de direito privado, adiante designado por ISCTE, ou por entidade adjudicante, pessoa coletiva n.º 501510184, sito na Avenida das Forças Armadas, Edifício Sedas Nunes, 1649-026 Lisboa, Portugal, telefone 210 464051, e-mail joao.pedro.mateus@iscte-iul.pt e portal: www.iscte-iul.pt.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo senhor Diretor dos Serviços Patrimoniais e Financeiros, Dr. Carlos Martins, no dia 21 de fevereiro de 2025, no uso de delegação de competências.

Artigo 4.º - Entidade que acompanha o procedimento

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o procedimento é conduzido pela Unidade de Compras do ISCTE.

Artigo 5.º - Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, devem ser colocados via plataforma ACINGOV.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - I. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - II. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - III. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

- IV. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

Artigo 6.º - Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos, em conformidade com o artigo 57.º do CCP:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante no anexo I ao presente Convite;
 - b) Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
 - c) Declaração do preço proposto Anexo III, ao presente convite;
 - d) Proposta comercial de acordo com as especificações técnicas constantes no caderno de encargos.
2. Podem também integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para explicitar os termos da proposta.
3. Os documentos previstos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de outros documentos em língua estrangeira, desde que acompanhados de respetiva tradução legalmente certificada.

Artigo 7.º - Prazo e modo de entrega da proposta

1. A proposta, bem como os documentos que a constituem devem ser apresentados em suporte eletrónico, para plataforma ACINGOV.
2. A proposta deverá ser enviada, nos termos do n.º 1 do art.º 62.º do CCP, até às 18H00, do 3.º dia útil após o envio do presente convite.
3. O prazo referido no número anterior pode, a pedido das entidades convidadas, e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogado por prazo considerado necessário, nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.

Artigo 8.º - Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias, nos termos fixados no artigo 65.º do CCP.

Artigo 9.º - Admissibilidade formal da proposta

1. A proposta deve ser constituída por todos os termos e condições solicitadas no presente Convite e no Caderno de Encargos.
2. Não será admitida proposta que não apresente todos os requisitos de forma e conteúdo nos termos do artigo 6.º do presente Convite.

Artigo 10.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 11.º - Esclarecimentos sobre a proposta

1. Os serviços da entidade adjudicante referidos no artigo 4.º do presente convite podem pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considerem necessários para efeitos da análise e avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados para plataforma ACINGOV sendo o concorrente imediatamente notificado desse facto.

Artigo 12.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
2. Em caso de empate, será adjudicada a proposta que apresente o maior prazo de garantia.
3. Caso o empate subsista, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a efetuar com recurso a um número de bolas de várias cores equivalente ao número de propostas empatadas. O sorteio será desenrolado presencialmente com os concorrentes, do qual será lavrada ata, e assinada por todos os presentes.
4. No seguimento do descrito no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

Artigo 13.º - Decisão e notificação de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada ao concorrente.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação de acordo com o artigo 77.º do CCP;
 - b) Prestar caução, se aplicável;
 - c) Confirmar, no prazo que lhe for determinado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos aos atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada.

Artigo 14.º - Documentos de habilitação

1. No prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da decisão referida no artigo anterior, o adjudicatário deve enviar para plataforma ACINGOV:
 - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Convite e do qual faz parte integrante;
 - b) Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
 - c) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
 - d) Certidão comprovativa da situação contributiva da Segurança Social;
 - e) Certificados dos registos criminais dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência e da empresa;
 - f) Comprovativo em como o adjudicatário se encontra inscrito na Plataforma de **REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO**, através da remessa de um código gerado automaticamente pelo sistema;
 - g) Quando a lei exigir à entidade adjudicatária a titularidade de habilitações ou autorizações profissionais específicas para poderem prestar o fornecimento objeto do contrato, deverá ser junto documento comprovativo da mesma.
2. A adjudicação caduca caso o adjudicatário não apresente os documentos de habilitação, nos termos indicados no número anterior, bem como sejam apresentados documentos falsos, prestadas falsas declarações ou não seja prestada a caução no prazo e termos exigidos.

Artigo 15.º - Prestação de caução

A caução, sempre que exigível, deve ser prestada nos termos dos artigos 88.º e seguintes do CCP.

Artigo 16.º - Prazos

Todos os prazos indicados no presente convite cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 17.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplica-se o disposto no CCP e demais legislações aplicáveis.

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea C) do n.º 3 do artigo 256.º - A, conforme aplicável]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a. ...
 - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do Artigo 57.º.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do Artigo 57.º.

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.


(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do Artigo 57.º.

Anexo III



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Formulário de Resposta

PROCESSO

2025/SPF/UC/264

CONCORRENTE

NIF

Descrição	Quantidade	Preço Base Unitário	Preço Unit. Proposto	Preço Total (S/IVA)
iMac 24" 2024 M4 16GB 512SSD GPU 10-core – Verde	1	1 532,64 €		0,00 €

*Aos preços apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor